

Forças Armadas ainda temem adoção do parlamentarismo

A. C. SCARTEZINI

A simpatia pelo parlamentarismo que começa a circular nas cúpulas militares ainda encontra desconfiança logo abaixo na hierarquia, das Forças Armadas junto a oficiais superiores que servem nas maiores cidades, entre os quais uma parcela ponderável receia que o Congresso Nacional não tenha condições de tocar o Governo com independência.

Em recente reunião fora de Brasília entre oficiais superiores, todos concordaram que, nos últimos anos, o Congresso não soube resistir a pressão de grupos sociais em favor de medidas questionáveis do ponto de vista da governabilidade do país. "O Congresso revelou-se incapaz de resistir a uma pressão de 150 pessoas em seus corredores", foi a palavra de ordem na reunião.

A posição de oficiais superiores não representa, no entanto, um veto à adoção do parlamentarismo como sistema de governo, mas apenas a necessidade de uma reflexão menos emocional ou circunstancial em torno da questão, enquanto os próprios

parlamentares poderiam demonstrar de maneira mais consistente a disposição de trabalhar com independência e moralizar seus costumes.

Não seria um veto definitivo inclusive porque o próprio Executivo encontra hoje dificuldade para tocar o governo com autonomia ou mesmo em articularse para uma ação conjunta com o Congresso. "O Executivo e o Legislativo, hoje em dia, estão voltados mais para o confronto, numa situação agravada pela disputa presidencial na qual cada corrente deseja, uma posição melhor", ponderou-se.

Nessa situação, o gesto de empresários paulistas em levar às lideranças parlamentares, na última quinta-feira, um plano de emergência para a economia chega a parcelas de oficiais não como uma afronta ao Executivo, mas como um comportamento natural face a duas coisas:

1. O aumento das responsabilidades parlamentares com a nova Constituição.
2. A necessidade de uma ação conjunta entre todos os poderes e a sociedade para retirar o Estado da crise.